

Emilio Ribas, Adolfo Lutz e Vital Brasil são apenas três dos que contribuíram para a história dos serviços de saúde pública no Estado de São Paulo. Uma história que está completando um século neste ano. Mas o centenário está sendo comemorado sem uma divulgação adequada.

Ai está a opinião dos médicos sanitaristas, que reivindicam o devido destaque para as celebrações dos cem anos de uma história iniciada com a nomeação do primeiro Inspetor de Higiene, em 30 de janeiro de 1884. No entanto, desde o ano passado o secretário da Saúde, João Yunes, já havia instituído oficialmente a Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário dos Serviços de Saúde Pública.

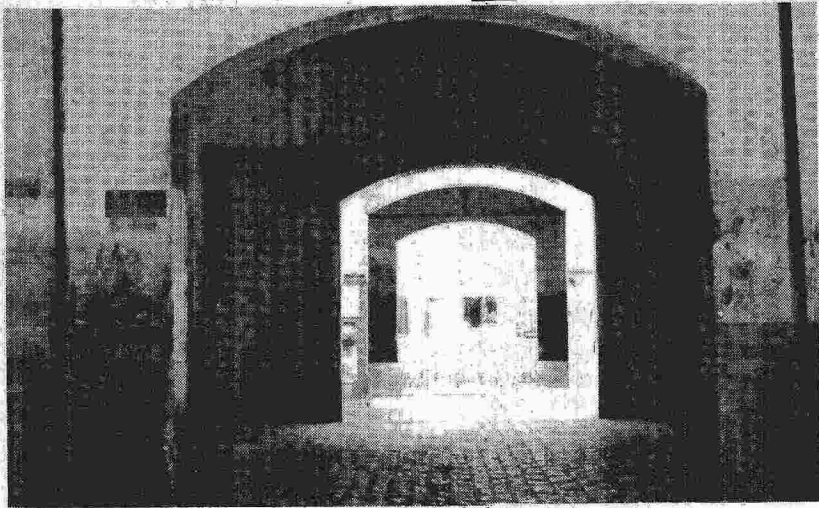
Para presidir a Comissão Organizadora, Yunes indicou o médico sanitaria José Antônio Alves dos Santos, servidor aposentado da Secretaria da Saúde. Até agora, entre os atos comemorativos do centenário, a Comissão Organizadora já promoveu uma missa na Igreja da Sé e uma sessão no Instituto de Cardiologia. Além disso, está preparando uma exposição de fotos, documentos e objetos no Museu Emilio Ribas.

Esse museu ocupa o prédio quase secular do Desinfetório Central, no bairro do Bom Retiro. Lá se encontram algumas peças que foram usadas por Emilio Marcondes Ribas, diretor-geral do Serviço Sanitário do Estado durante 19 anos (1898-1917): óculos, microscópio, lanterna e móveis de gabinete. Documento raro, a Carteira de Identidade de Ribas aparece assinada pelo então chefe de polícia, Washington Luiz.

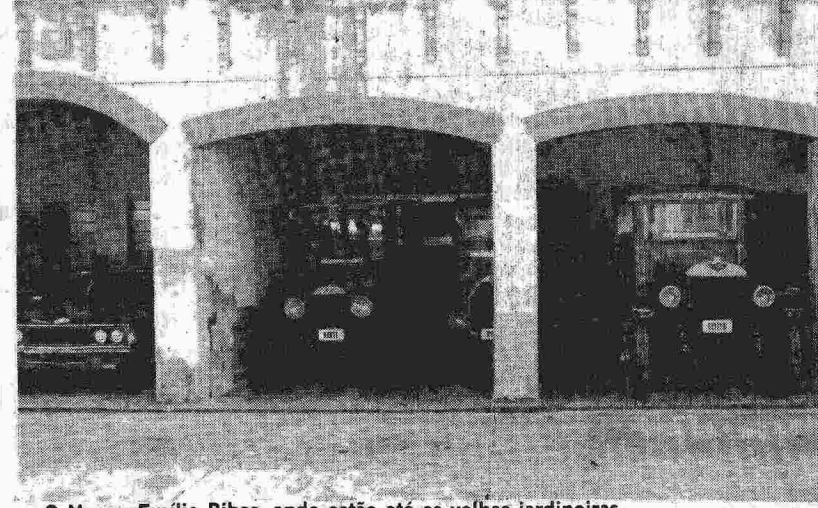
Há ainda uma coleção de livros para registro de todos os servidores nomeados para a Inspetoria de Higiene (1884-1891) e para o Serviço Sanitário. Podem ser vistos também defumadores portáteis ou transportados sobre veículos conhecidos antigamente por "jardineiras", equipados com pneus maciços. Esses veículos serviam para remover doentes, mortos e roupas contaminadas por focos de infecção.

Caracterizado por imponentes

Saúde pública, 100 anos.



O Desinfetório Central, no Bom Retiro, abriga hoje...



... O Museu Emilio Ribas, onde estão até as velhas jardineiras.

linhas arquitetônicas, o prédio do Desinfetório Central é constituído por três blocos, interligados com uma sucessão de arcos. Sua construção remonta a 1893, quando Bernardino de Campos governava o Estado de São Paulo, apoiando-se em seu secretário do Interior, Cesário Mota Júnior, responsável pela introdução do primeiro Código Sanitário (1894) na sociedade paulista.

Esse documento estabelecia normas higiênicas para habitações, fábricas, oficinas, escolas, teatros, restaurantes, padarias, botecos, açougues, mercados, cocheiras e estúbulos. Definia também condições de salubridade para barbearias, lavanderias, latrinas, mictórios, hospitais, materni-

dades, necrotérios, cemitérios, coleta e transporte de lixo, abastecimento de água e coleta de esgotos.

Estimulado pelo sanitaria Cesário Mota Júnior, Bernardino de Campos sancionou em 1895 uma lei que autorizava o governador paulista a construir o Instituto Pasteur, inaugurado em 1903 para combater a raiva — doença fatal — transmitida por animais infectados. Para imortalizar a obra de Bernardino e Cesário houve ainda a construção do Hospital de Isolamento (1894) nas proximidades do Laboratório Bacteriológico.

Outro sanitaria respeitado foi o carioca Guilherme Álvaro da Silva, que veio para São Paulo em 1896, a convite do governador Manuel Ferraz de Campos Sales. No

meado médico do Serviço Sanitário, recebeu a missão de administrar os serviços de saúde pública no porto de Santos, durante uma epidemia de peste bubônica que eclodiu em 1899. Adolfo Lutz e Vital Brasil aliaram-se a Guilherme na mesma luta.

Os índices de mortalidade em Santos já tinham começado a assustar em 1894, quando a cidade abrigava aproximadamente 30 mil habitantes, dos quais morreram 1.440, vítimas de doenças infecciosas. Enquanto a cidade de São Paulo registrava uma mortalidade equivalente a 30,7 óbitos por mil habitantes, Santos assumia para os sanitaristas características mais sombrias: 48 óbitos por mil habitantes.

Só agora os sanitaristas reconhecem que a identificação da epidemia de 1899 em Santos representou uma das mais espetaculares vitórias para a saúde pública no Brasil. Desde 1892, Adolfo Lutz dirigia o Instituto Bacteriológico em São Paulo, onde submeteu a minuciosa análise amostras de material infectado que tinha conseguido em Santos. O resultado das análises revelou o bacilo *Pasteurella pestis*.

Lutz verificou também que a peste bubônica tinha sido trazida de Portugal por intermédio de um doente chegado a Santos. Entretanto, se as autoridades sanitárias admitissem a descoberta e interpretação de Lutz, o porto de Santos correria o risco de ser fechado e de provocar danos severos às importa-

ções e exportações. Por isso, o diagnóstico de Lutz teve de ser contestado por interesses comerciais.

Para eliminar as dúvidas suscitadas pela contestação, as autoridades sanitárias recorreram às perícias de pesquisadores independentes, como o mineiro Vital Brasil, o francês Chapot Prévost e o paulista Osvaldo Gonçalves Cruz, que confirmaram ser o bacilo identificado por Lutz o agente infeccioso da peste bubônica, doença que costumava apresentar na época índices apavorantes de mortalidade e tensão social.

Estimulado pela vitória obtida, Lutz designou Vital Brasil para a produção de um soro na então Fazenda Butantã. Vital Brasil já era servidor do Instituto Bacteriológico desde 1897. Por isso, atendeu a solicitação de Lutz e transferiu-se para a Fazenda Butantã, que começou a adaptar, em dezembro de 1899, para a produção do soro destinado a salvar inúmeras vidas humanas na cidade de Santos.

A Fazenda Butantã acabava de ser comprada ao preço de cem contos de réis pelo governador Fernando Prestes de Albuquerque, motivado pelos argumentos do secretário do Interior, José Perreira de Queiroz, e do diretor-geral do Serviço Sanitário, Emilio Marcondes Ribas. Durante o governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1900-1902), a fazenda passou a denominar-se Instituto Butantã.

Eram modestas as condições de trabalho que Vital Brasil criou em um estábulo reformado. Pequenas construções e adaptações permitiam o funcionamento de um biotério, uma cocheira-enfermaria, um pavilhão de sangria e uma balança para animais. Quem autorizou a construção definitiva do laboratório central foi o governador Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, em 1910. A inauguração ocorreu quatro anos depois.

Com a produção de vacinas e soros, o Instituto Butantã conquistou renome internacional, participando intensamente do combate a temíveis doenças infecciosas, como a febre tifóide, a varíola, a tuberculose, a peste bubônica, a difteria, o tétano, a meningite e a hanseníase, entre outras.

Para ocupar o cargo de inspetor de higiene, o médico Marcos de Oliveira Arruda é nomeado pelo governo paulista, que não lhe concede nenhuma remuneração. Por isso, Arruda instala a Inspetoria em seu próprio consultório e paga as despesas do serviço público com sua renda particular. O caso não surpreende a sociedade paulista, que já considerava Arruda um filantropo, um altruísta.

Assim, Arruda tornou-se a primeira autoridade sanitária escolhida oficialmente para defender a saúde do povo paulista, em 30 de janeiro de 1884. Há, portanto, um século. Quem assinou sua nomeação foi o presidente da então Província de São Paulo, Domingos Antônio Raiol, barão de Guajará. Concluindo um balanço de sua atividade de saúde pública, Arruda deixou registrado, dois anos depois, em um relatório:

"São numerosas e edificantes as representações que têm sido dirigidas aos governos central e provincial pedindo meios para montar e sustentar a repartição de saúde pública. E, como até agora nenhuma reclamação tem sido atendida, a Inspetoria de Higiene não tem tido outro recurso senão sustentar a repartição à sua custa particular, com grave prejuízo de seus interesses individuais".

A partir da segunda metade do século XIX, a lavoura do café foi a maior responsável pelo desenvolvimento econômico da Província de São Paulo, cuja população atingia 830.354 habitantes, em 1877. Intensificou-se a urbanização da capital paulista, que passou a abrigar 65 mil habitantes por volta de 1889, quando quase a metade era constituída por imigrantes italianos e por seus descendentes.

Imigrantes e escravos exigiam grande vigilância sanitária. O inspetor de higiene Marcos Arruda ocupava-se, em 1886, com uma epi-

ARRUDA É NOMEADO INSPETOR DE HIGIENE. E CUSTEIA A SAÚDE DA CIDADE.

demia de varíola, que assolava a cidade de São Paulo. Mas suas responsabilidades eram mais amplas: supervisão dos serviços de saúde em toda a província, fiscalização do exercício profissional da medicina e farmácia, além de levantamentos estatísticos sobre o nível de saúde pública.

Seus projetos transformaram-se em propostas encaminhadas à Câmara do Município de São Paulo. Além disso, empenhou-se na reestruturação da Inspetoria de Higiene, estendendo os benefícios da medicina preventiva e curativa até diferentes regiões no interior do Estado. Meira só encerrou suas atividades em março de 1893.

Foi ele quem obteve do governador Américo Brasiliense de Almeida Melo, em outubro de 1891, a vigência de uma lei que acabou transformando a Inspetoria de Higiene em Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. A reorganização do Serviço Sanitário só aconteceu, porém, um ano depois, por interferência do vice-governador José Alves de Cerqueira César e do secretário do Interior, Vicente de Carvalho.

Vinculado diretamente à Secretaria do Interior, o Serviço Sanitário recebeu recursos financeiros suficientes para a instalação de quatro laboratórios indispensáveis à saúde pública: um para análises bacteriológicas, outro para análises químicas, mais outro para produção de vacinas e o quarto para fabricação de medicamentos. Embora reformados e ampliados, os quatro ainda sobrevivem até hoje.

Assim, um século depois, os laboratórios para análises químicas e bacteriológicas fundiram-se na atual estrutura do Instituto Adolfo Lutz. O laboratório para produção de vacinas está transformado no Instituto Butantã, enquanto o laboratório farmacêutico serviu de embrião para a atual Fundação para o Remédio Popular (Furp). Daí, o grande mérito que os médicos sanitaristas atribuem à atuação de Meira.

O controle de freqüentes epidemias induziu Meira a apressar a construção e instalação do Instituto Vacinogênico, cujo primeiro diretor (1892-1913) foi o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, conhecido também como cirurgião-chefe e diretor clínico (1894-1920) do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de fundador e primeiro diretor (1913-1920) da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Meira justificava a necessidade do Instituto Vacinogênico, lembrando as doenças infecciosas mais freqüentes a que se expunham os habitantes do Estado: febre amarela, peste bubônica, varíola, difteria e febre tifóide. Durante a eclosão de surtos epidêmicos, Meira destacava uma equipe de auxiliares, que se distribuíam pela Capital e pelo Interior, transportando em antigas ambulâncias os recursos terapêuticos.

Em 1892, Meira dispunha de 37 inspetores sanitários médicos para o Interior e de seis para a Capital, além de três para eventuais substituições. Entre eles, destacaram-se: Arnaldo Vieira de Carvalho, Evaristo da Veiga, Franco da Rocha, Canuto Ribeiro do Val e Teodoro Bayma. Além do combate às epidemias, eles se ocupavam com o saneamento ambiental, com a fiscalização de alimentos e com o controle de atos médicos.

A assistência hospitalar era prestada, na época, pela Santa Casa de Misericórdia, por uma construção reservada ao isolamento de doentes infecciosos no bairro do Cambui, por um hospício de alienados e por instituições mantidas por organizações religiosas.

integrantes: Prudente José de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e coronel Joaquim de Souza Mursa.

Meira teve conhecimento de sua permanência no cargo durante um encontro marcado no Palácio do Governo. Quem o convidou para o encontro foi Júlio Mesquita, que ocupava a Secretaria do Governo Provisório e lhe encaminhou este comunicado: "De ordem do Governo Provisório, convido-vos a virdes conferenciar com o mesmo Governo sobre o assunto de que trata vosso ofício de 20 do corrente mês".

Apoiado pelo governo estadual, Meira conseguiu implantar os principais projetos que Arruda tinha encaminhado como propostas à Câmara do Município de São Paulo. Além disso, empenhou-se na reestruturação da Inspetoria de Higiene, estendendo os benefícios da medicina preventiva e curativa até diferentes regiões no interior do Estado. Meira só encerrou suas atividades em março de 1893.

Foi ele quem obteve do governador Américo Brasiliense de Almeida Melo, em outubro de 1891, a vigência de uma lei que acabou transformando a Inspetoria de Higiene em Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. A reorganização do Serviço Sanitário só aconteceu, porém, um ano depois, por interferência do vice-governador José Alves de Cerqueira César e do secretário do Interior, Vicente de Carvalho.

Vinculado diretamente à Secretaria do Interior, o Serviço Sanitário recebeu recursos financeiros suficientes para a instalação de quatro laboratórios indispensáveis à saúde pública: um para análises bacteriológicas, outro para análises químicas, mais outro para produção de vacinas e o quarto para fabricação de medicamentos. Embora reformados e ampliados, os quatro ainda sobrevivem até hoje.

Assim, um século depois, os laboratórios para análises químicas e bacteriológicas fundiram-se na atual estrutura do Instituto Adolfo Lutz. O laboratório para produção de vacinas está transformado no Instituto Butantã, enquanto o laboratório farmacêutico serviu de embrião para a atual Fundação para o Remédio Popular (Furp). Daí, o grande mérito que os médicos sanitaristas atribuem à atuação de Meira.

O controle de freqüentes epidemias induziu Meira a apressar a construção e instalação do Instituto Vacinogênico, cujo primeiro diretor (1892-1913) foi o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, conhecido também como cirurgião-chefe e diretor clínico (1894-1920) do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de fundador e primeiro diretor (1913-1920) da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Meira justificava a necessidade do Instituto Vacinogênico, lembrando as doenças infecciosas mais freqüentes a que se expunham os habitantes do Estado: febre amarela, peste bubônica, varíola, difteria e febre tifóide. Durante a eclosão de surtos epidêmicos, Meira destacava uma equipe de auxiliares, que se distribuíam pela Capital e pelo Interior, transportando em antigas ambulâncias os recursos terapêuticos.

Em 1892, Meira dispunha de 37 inspetores sanitários médicos para o Interior e de seis para a Capital, além de três para eventuais substituições. Entre eles, destacaram-se: Arnaldo Vieira de Carvalho, Evaristo da Veiga, Franco da Rocha, Canuto Ribeiro do Val e Teodoro Bayma. Além do combate às epidemias, eles se ocupavam com o saneamento ambiental, com a fiscalização de alimentos e com o controle de atos médicos.

A assistência hospitalar era prestada, na época, pela Santa Casa de Misericórdia, por uma construção reservada ao isolamento de doentes infecciosos no bairro do Cambui, por um hospício de alienados e por instituições mantidas por organizações religiosas.

Com 92 anos de idade e 44 de atuação no Serviço Sanitário, o médico Sebastião de Camargo Calazans demonstra ainda grande interesse pela saúde pública. Foi o último diretor-geral do Serviço Sanitário. Agora, faz parte da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário. Por isso, defende a necessidade de uma divulgação adequada aos cem anos de uma história composta por seus companheiros.

Assumi o cargo de diretor-geral do Serviço Sanitário em maio de 1937 — recorda ele. — Mas o traço de golpe de Getúlio Vargas não permitiu que ficasse no cargo além de abril de 1938. Pude testemunhar a dignidade do governador Armando de Salles Oliveira, deposto pelo ditador Vargas. O governo de Armando notabilizou-se pela prioridade concedida a expansão dos serviços de saúde pública.

Para justificar a opinião e para fundamentar as recordações, Calazans mostra alguns estudos e documentos que tem sobre a mesa da biblioteca em sua casa do Jardim América. Confirmando a prioridade do governador Armando para a saúde, há um estudo comparativo sobre os recursos financeiros destinados aos serviços de saúde pelos governos paulistas, que se sucederam durante o período de 1891 a 1941.

Destinado aos serviços de saúde 6,7% da despesa total do Estado, o governo Armando de Salles Oliveira classificava-se em primeiro lugar, durante o período abrangido pelo estudo. Em último lugar, classificava-se o governo Manuel Ferraz de Campos Sales, que investiu na manutenção dos serviços de saúde 2,1% da despesa do Estado.

Lembra ainda Calazans que o governador Armando de Salles Oliveira assegurou uma significativa expansão na rede básica de assistência sanitária, elevando de 27 (em 1931) para 74 (em 1936) o total dos centros de saúde, freqüentados pelo povo paulista. Assim, portanto, Armando de Salles Oliveira tornou-se responsável por uma expansão de 174% na rede básica de serviços de saúde pública, segundo um documento da época.

Prestando contas de sua administração, revelava o mesmo governador: "Estendi todos os serviços de saúde pública. Ampliei a assistência aos psicopatas, proporcionei maiores recursos para os institutos que protegem a vida do homem. Lancei as bases para uma imensa obra de assistência social, pondo em primeiro lugar a dos menores desamparados. A minha ação pública, eu a exercerei com o sentimento do dever social".

Em 1937, observa Calazans, a estrutura do Serviço Sanitário incluía quatro laboratórios e três institutos. Havia um laboratório para inspeção da alimentação pública, um para inspeção de leite e laticínios, um para aplicação de vacinas e um para controle da malária. Os três institutos eram o de Higiene, o Butantã e o Bacteriológico. Mantido por uma fundação, havia ainda o Instituto Pasteur.

Acrescenta Calazans que sugeriu, em 1938, ao governador José Joaquim Cardoso de Melo Neto, a criação de uma comissão especial para estudar a reestruturação do Serviço Sanitário, unificando os laboratórios e institutos. Antes disso, o governador Armando de Salles Oliveira já tinha nomeado uma comissão que estudou e projetou, de-

UM SÉCULO DE GRANDES LUTAS LEMBRADAS POR CALAZANS, O VELHO DIRETOR.

talhadamente, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina.

Ainda em 1938, segundo Calazans, foi confirmada a designação da Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado, que teve sua origem vinculada ao Instituto de Higiene, anexo à Faculdade de Medicina desde 1918, quando foi instalado com financiamento da Fundação Rockefeller. Somente em 1945, a designação mudou para Faculdade de Higiene e Saúde Pública, tornando-se unidade autônoma da Universidade de São Paulo.

Integrante da primeira turma de estudantes que concluíram em 1918 o curso na Faculdade de Medicina, Calazans conta que passou por um treinamento intensivo no Hospital de Isolamento, antes de sua habilitação. Por isso, observa, a epidemia de gripe espanhola não o encontrou despreparado em outubro de 1918, quando ela provocou "uma devastação" em São Paulo.

Para assegurar assistência aos doentes, os médicos conseguiram a colaboração dos estudantes de Medicina. Eu também participei do socorro aos doentes. A gripe me atacou, mas de modo benigno. Antes de chegar por aqui, ela já tinha causado muitos óbitos na Europa, na Ásia, nos Estados Unidos.

Foi em 1919 que Calazans se submeteu a um concurso público para ser admitido no Serviço Sanitário. Começou trabalhando como inspetor sanitário, obteve promo-

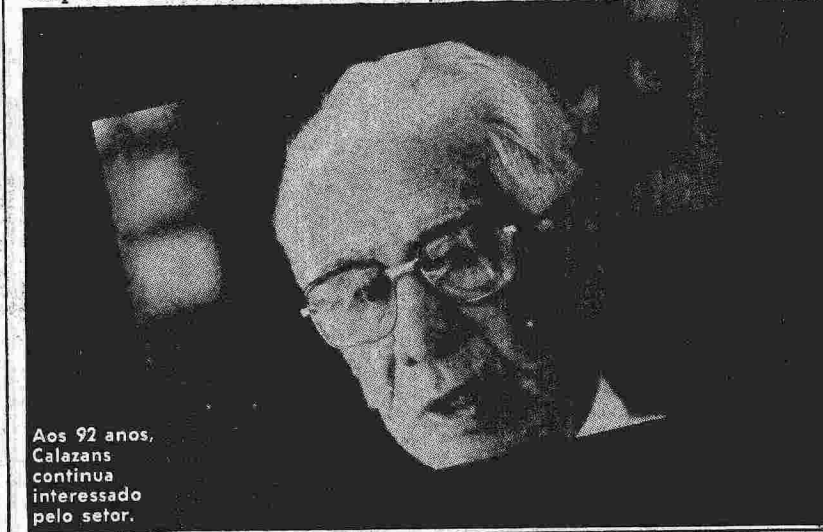
ção para o cargo de assistente no Instituto Bacteriológico e continuou disposto a percorrer todas as fases da carreira, que o levou ao cargo de diretor-geral do Serviço Sanitário.

— Já houve um louco — lembra — que tentou extinguir o Instituto Bacteriológico, em 1924. Entretanto, em atenção aos protestos de Artur Neiva, um dos mais eminentes cientistas que o Baasil já teve, a sociedade paulista mobilizou-se pela preservação desse baluarte da saúde pública, que tem hoje a designação de Instituto Adolfo Lutz.

Em 1938, o Serviço Sanitário foi incorporado à nova Secretaria de Educação e Saúde, transformando-se em Departamento de Saúde, observa Calazans. A transformação atingiu também os antigos institutos e laboratórios de saúde pública, que se acabaram agrupando para a formação do Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantã e Instituto Pasteur. O antigo Hospital de Isolamento tornou-se o Emilio Ribas.

Enquanto relata a evolução observada nos serviços de saúde pública, Calazans justifica a necessidade de maior divulgação para as comemorações previstas na programação do Centenário. Sua opinião é semelhante à do professor Cid Guimarães, da Faculdade de Saúde Pública:

— Este ano não se comemora nenhum centenário do Serviço Sanitário: cuja criação remonta a 28 de outubro de 1891. O que todos comemoramos, este ano, é a secular continuidade administrativa dos serviços de saúde pública, cuja origem está na nomeação de Marcos de Oliveira Arruda, iniciador da série ininterrupta de responsáveis pela saúde pública entre os paulistas.



Aos 92 anos, Calazans continua interessado pelo setor.